

CARLOS DE LAET: ENTRE O MAGISTÉRIO, AS LETRAS E A FÉ

Rosana Llopis Alves – DDSE - 5. Memória e História da Educação

Com a Proclamação da República, no dia 15 de novembro de 1889, um governo provisório presidido por Marechal Deodoro da Fonseca foi instituído. O antigo Ministério do Império foi transformado em Ministério do Interior. O ministro, Dr. Aristides da Silveira Lobo, que atuou nessa pasta por apenas poucos meses, alterou o nome do tradicional Imperial Collegio de Pedro Segundo para Instituto Nacional de Instrução Secundária.¹

Com o objetivo de promover uma grande reforma educacional foi criada a Secretaria de Estado dos Negocios de Instrucção Publica, Correios e Telegraphos.² Benjamin Constant Botelho de Magalhães passou a ocupar a recém-criada Secretaria com status de Ministério.

Ainda durante o Governo Provisório, o Decreto nº. 981 de 8 de novembro de 1890 aprovou o Regulamento reformando a Instrução Primária e Secundária do antigo Município Neutro denominado, nesse novo tempo, de Distrito Federal. Uma grande reforma conhecida pelo nome de seu autor: Reforma Benjamin Constant.

Nova mudança de nome ficou determinada para o velho Imperial Collegio de Pedro Segundo, que de Instituto Nacional de Instrução Secundária passou a Gymnasio Nacional.³ Na virada do século XIX para o XX, o regime republicano recém-inaugurado, no Brasil, procurou modernizar as ultrapassadas estruturas imperiais. Tudo quanto lembrasse a antiga monarquia foi rapidamente modificado. Nomes de ruas e estabelecimentos foram alterados, novos símbolos foram criados. “Uma verdadeira batalha simbólica é então travada, quando nomes, hinos, bandeiras, heróis e modelos são substituídos (ou alterados os seus significados), com o intuito de marcar a diferença.”⁴

Foi nesse contexto que a denominação Imperial Collegio de Pedro Segundo, pressupondo identificação com o Império, constituiu-se em incômodo. Após uma trajetória de cinquenta e dois anos, o colégio imperial perdia a sua maior referência, o nome do imperador. Essa mudança, entretanto, não encontrou aceitação unânime. No corpo docente do próprio colégio, em sessão da Congregação do dia dois de maio de 1890, o professor Carlos Maximiano Pimenta de Laet solicitou que fosse feito um apelo ao governo republicano no sentido de preservar o nome antigo da instituição de ensino.

¹ Decreto de nº. 09 de 21 de novembro de 1889.

² Decreto nº. 346 de 19 de abril de 1890.

³ Art. 25 do Decreto nº. 981 de 8 de novembro de 1890.

⁴ COSTA, Angela Marques da & SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 27.

Por essa insubordinação o professor foi demitido do colégio. Com a demissão revertida em aposentadoria, Laet, em cátedra conquistada por concurso desde 1873, foi obrigado a ausentar-se dela.⁵ Carlos de Laet resistiu, o quanto pode, ao novo regime político, monarquista convicto que era. “As revoluções derribam monarcas, que às vezes são magnânimos pastores de povos. Antigamente cortavam-lhes as cabeças, mas hoje nem sequer essa honra lhes fazem: contentam-se com despedi-los, fazem-nos embarcar a desoras...”⁶

Com a promulgação do decreto 119-A⁷, que instituiu no Brasil o estado laico e secularizado, a Igreja perdeu seu estatuto privilegiado de religião oficial do país. Mas, já em 19 de março de 1890, a hierarquia católica pronunciou-se através da Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro procurando demonstrar os males de um Estado divorciado da Igreja.

O projeto da nova Constituição, tornado público no dia 22 de junho de 1890, preocupou os católicos ao propor: a instituição do casamento civil, com precedência sobre a cerimônia religiosa; o estabelecimento do ensino laico nas escolas públicas; a secularização dos cemitérios; o impedimento para a abertura de novas comunidades religiosas; a inelegibilidade para o Congresso de religiosos de qualquer confissão; a proibição de subvenções oficiais a cultos religiosos. Logo após a divulgação desse projeto constitucional, novos protestos foram dirigidos ao governo. Esse movimento de reação católica iniciado no alvorecer da República acabou por alcançar alguns êxitos. A primeira Constituição republicana aprovada em 1891 poupou os bens da Igreja e as ordens e congregações foram admitidas sem restrições; reconheceu somente o casamento civil, mas sem estabelecer a sua precedência sobre o religioso; confirmou a secularização dos cemitérios, mas permitiu a prática dos ritos religiosos; manteve a laicidade do ensino público e a proibição de subvenção oficial aos cultos, mas não impediu o estabelecimento de novos conventos e ordens religiosas.

A Igreja, dessa maneira, soube contornar os limites políticos impostos pelo regime republicano e para tanto contou com a atuação de seu episcopado, mas também com a colaboração de intelectuais católicos que, como Carlos de Laet, criticaram com veemência o laicismo da República concebendo o ensino leigo como algo negativo e irrealizável.

Muitos estudos sobre a separação entre a Igreja e o Estado ocorrida com o advento da República apontaram a década de 30 do século XX como o momento de reorganização da Igreja Católica. Tais pesquisas consideraram os anos iniciais da República Velha como um

⁵ Carlos de Laet ficou afastado do Colégio Pedro II, de 1890 até 1915, quando foi reconduzido às funções de magistério nessa instituição, já no governo de Venceslau Brás.

⁶ LAET, Carlos de. “A Imprensa” (Conferência proferida no Círculo Católico da Mocidade, no R.J., em 08.5.1902). In: *Obras seletas de Carlos de Laet: III. Discursos e Conferências*. Rio de Janeiro: Agir/Pró-Memória; Fundação Casa de Rui Barbosa; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1984, p. 26.

⁷ Decreto de autoria de Rui Barbosa que formalizou a separação entre a Igreja e o Estado - 7 de janeiro de 1890.

tempo de reação católica tímida, um período de apelo e “reclamação”. Entretanto, para o fortalecimento da Igreja Católica no Brasil, na década de 30, foram valiosas as contribuições do episcopado e dos intelectuais católicos que, no despertar republicano, reclamaram, solicitaram, pregaram, proferiram palestras e divulgaram suas idéias na imprensa.

Nesse sentido, Carlos de Laet, homem respeitado dentro dos círculos católicos, pode influenciar intelectuais mais jovens que acabaram por fundar o Centro Dom Vital. A sua militância católica estendeu-se, também, aos alunos das escolas confessionais onde trabalhou. Como reconhecimento aos serviços prestados à Igreja recebeu do Vaticano o título de Conde.

Apesar de monarquista, com o passar do tempo, Laet foi se ajustando ao novo regime. A República, da mesma forma, foi se estabelecendo e abrandando as perseguições políticas. Ao professor do antigo colégio imperial foi possível, então, retornar a casa onde havia estudado e lecionado. Em 1915, foi reconduzido ao cargo de professor nessa instituição cujo nome original já havia sido restaurado: Colégio Pedro II⁸. Em 1917 tornou-se seu diretor.

Ao mesmo tempo em que exerceu o magistério, quer como professor de escolas confessionais, quer como catedrático e diretor do Colégio Pedro II, Carlos de Laet também se dedicou ao jornalismo colaborando em periódicos onde produziu variadas matérias sobre arte, literatura, religião, história e crítica de costumes. Homem ligado à literatura, participou da criação da Academia Brasileira de Letras, dela sendo eleito presidente, de 1919 a 1922.

Apesar de sua importância nessas três vertentes, Laet hoje é escassamente estudado e pouco conhecido. Nas letras, sua vasta produção, em sua maior parte, não foi ainda publicada. No magistério, sua atuação como diretor do Colégio Pedro II foi, até o momento, timidamente mencionada em algumas obras. Por fim, o seu desempenho como intelectual católico tem sido minimizado pela historiografia ao considerar os anos 30 do século XX, como o tempo de reorganização e fortalecimento da Igreja Católica. De fato, as grandes conquistas religiosas ocorreram nesse período, mas seria injusto diminuir todo o trabalho do episcopado e de intelectuais católicos, que, como Carlos de Laet, já nos primeiros tempos republicanos empenharam-se na militância de recuperação da Igreja, especialmente no campo educacional.

Assim, Carlos de Laet durante os primeiros anos republicanos conseguiu estabelecer uma consistente relação entre o seu desempenho no ensino, a sua dedicação às letras e a sua militância religiosa. E é nesse entrelaçamento que consiste a singularidade desse intelectual.

PALAVRAS-CHAVE: Carlos de Laet – Reação Católica – Magistério

⁸ Em 1911, sob a presidência de Hermes da Fonseca, ex-aluno do Internato, o Colégio retoma seu nome original: Colégio Pedro II.

Bibliografia

COSTA, Angela Marques da & SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LAET, Carlos de. *Obras seletas: discursos e conferências*. Rio de Janeiro: Agir; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1983.